

# Violência fardada fica impune

GUILHERME GOULART

DA EQUIPE DO CORREIO

O auxiliar administrativo Demétrius Júnior do Nascimento, 29 anos, tem a rotina dominada pelo medo. Convive há quase um ano com as lembranças da noite em que sofreu nas mãos da polícia na porta de casa, na Vila Planalto. Diante de quatro policiais da Rondas Tático-Móveis (Rotam), da Polícia Militar, sucumbiu a uma série de humilhações. Levou pontapés, tapas e uma borrifada de gás de pimenta no rosto. Acabou algemado. E levado para a 2ª Delegacia de Polícia, na Asa Norte, onde se viu denunciado por desacato e abuso de autoridade.

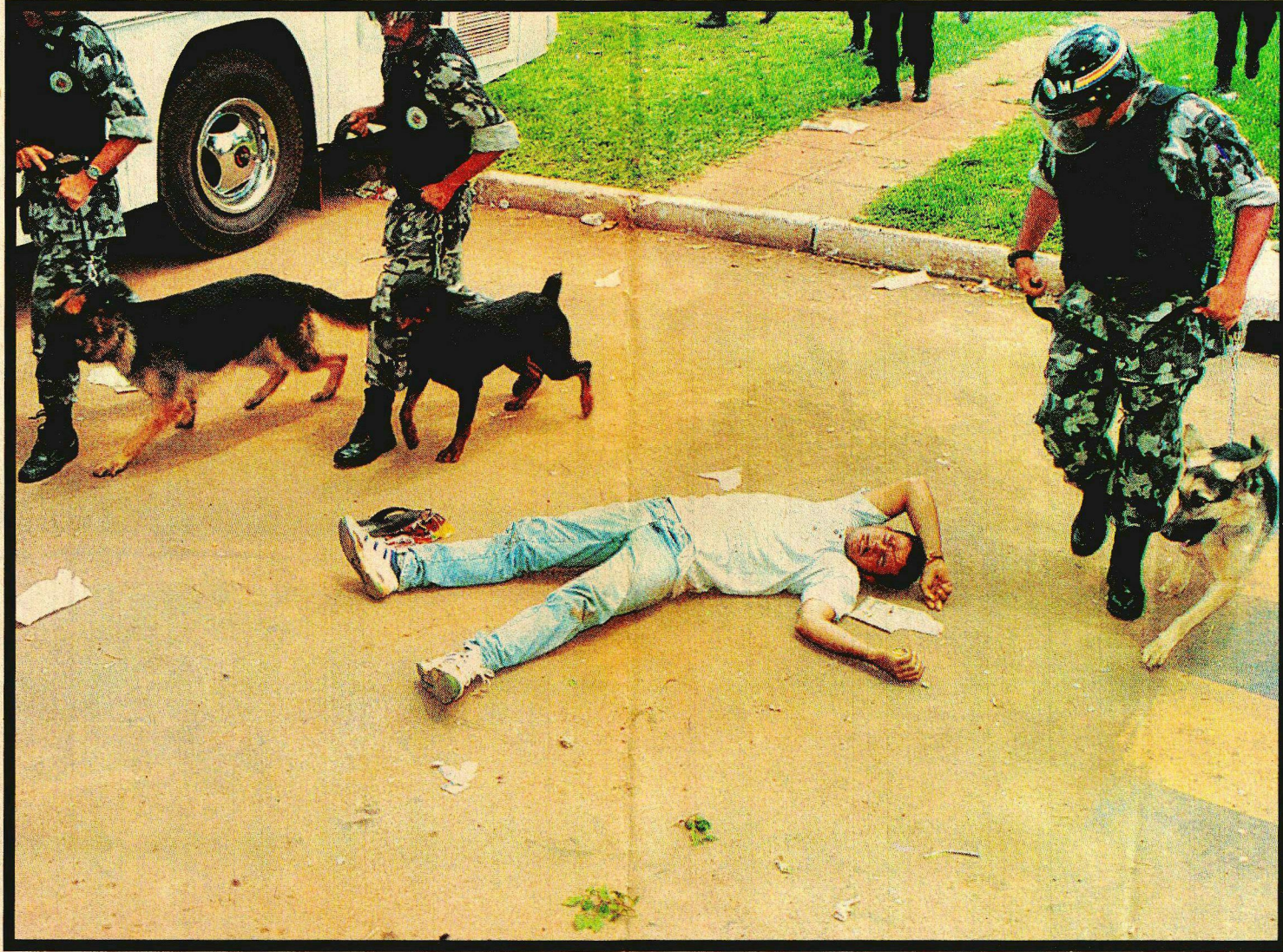
O caso, aqui descrito por Demétrius, ocorreu em 1º de maio. Ele denunciou o crime. E colocou os agressores no banco dos réus. “Hoje, evito ficar sozinho na rua. Mas prefiro ter medo do que viver sem ter feito nada”, contou. O descontentamento dos cidadãos brasileiros com parte da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) se revela não só pela coragem de vítimas como o auxiliar administrativo, mas por dados levantados pela própria corporação. Nos últimos dois anos, a PMDF abriu 476 investigações internas contra policiais militares acusados de postura violenta nas ruas.

Do total de apurações, 155 terminaram em indiciamentos — 78 em 2005 e 77 no ano passado. A média mensal é de 6,5 policiais considerados culpados pela PMDF por causa de excessos cometidos em serviço. Eles respondem a um processo no Tribunal de Justiça do DF. Há casos de abuso de autoridade e de homicídios. Mas a maioria das reclamações ocorreu por lesões corporais durante as abordagens. Casos em que homens e mulheres armados socaram, chutaram e deram coronhadas e tiros durante revistas e perseguições. Pessoas que usaram a farda como justificativa para intimidar o cidadão.

O corregedor geral da PMDF, coronel José Carlos Pina Figueiredo, destaca a diminuição dos números de indiciados entre um ano e outro. E chama a atenção para a quantidade de punições. Também defende que “as condutas inadequadas” dos PMs brasileiros não escapam da Corregedoria Geral da corporação, do Ministério Público do DF e do Tribunal de Justiça. Para ele, se há provas, os culpados acabam punidos. “É para isso que existem os mecanismos de controle. E se ainda há problemas, é porque os comportamentos precisam ser mudados”, avaliou.

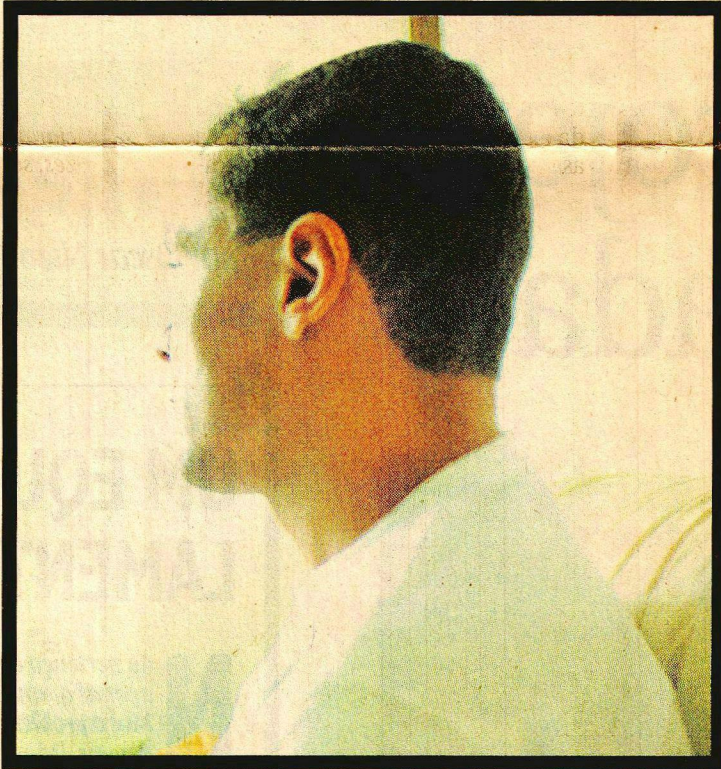
A postura da polícia ostensiva brasileira, no entanto, pede alterações mesmo antes dos anos 2000. Pesquisa realizada pelo sociólogo Ignácio Cano, do Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), coloca o DF no topo do ranking brasileiro dos assassinatos de civis por policiais. O

Nehil Hamilton/CB - 2/12/99



NENHUM DOS PMS INDICIADOS PELA MORTE DE UM TRABALHADOR E FERIMENTOS DE 14, NA FRENTE DA NOVACAP, EM DEZEMBRO DE 1999, FOI CONDENADO

Adauto Cruz/CB - 8/2/07



COM MEDO, ROBSON, QUE DIZ TER APANHADO DE POLICIAIS, RETIROU QUEIXA

levantamento, baseado em estatísticas da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) de 1999 e 2000, deixa a capital do Brasil na frente de Rio de Janeiro e São Paulo. Na época, a taxa brasileira alcançou 2,38 mortes por grupo de 100 mil habitantes. Rio e São Paulo tiveram índices de 1,78 e 1,44, respectivamente.

## Medo e represália

Para o promotor Mauro Faria de Lima, da Promotoria de Justiça Militar do DF, muitos casos de

violência policial vêm acompanhados de intimidação. Apesar dos processos chegarem à Justiça sem possibilidade de interferência das vítimas, muitas optam por não colaborar nos julgamentos dos acusados. “Frequentemente, as pessoas ficam diante do juiz e não detalham as agressões sofridas por temer represálias”, diz o promotor, responsável pela investigação de crimes cometidos por PMs e bombeiros.

O assessor parlamentar Robson Carlos Gomes, 35, não suportou o

horror vivido após uma queixa prestada contra policiais em 2002. O drama dele começou às 23h30 de um domingo, na comercial da 209 Norte, após deixar a namorada em casa. Estava de chinelo, bermuda e sem documento de identidade. E se viu abordado por grupo de policiais do Batalhão de Operações Especiais (Bope), quando conversava com um amigo.

Segundo ele, os PMs mandaram os dois encostarem em um carro e colocarem as mãos na cabeça. A ordem veio acompanhada de pelo menos três armas apontadas. O grupo de policiais pediu as identidades. Por não ter a dele, Robson levou um tapa no rosto, que lhe valeu um corte na boca. “Foi constrangedor. Eles me confundiram com bandido. Não perguntaram nome nem profissão”. Os policiais o levaram à Delegacia Regional de Pequenas Infrações (DRPI). E o acusaram de agredir-los.

No dia seguinte, o assessor prestou queixa contra os PMs na Corregedoria. “Meu pesadelo começou ali. Dias depois, vi de longe um dos policiais na frente da portaria do prédio da minha namorada. Meu corpo tremer”, contou. A partir daí, a vítima teve a

rotina alternada entre delegacias e tribunais, sempre com o pensamento voltado para arquivar os processos. “Tive que procurar tratamento psicológico por três anos. Tirei a queixa, mas ninguém nunca vai tirar o tapa que tomei na cara”, lamentou.

**FREQUENTEMENTE, AS PESSOAS FICAM DIANTE DO JUIZ E NÃO DETALHAM AS AGRESSÕES SOFRIDAS POR TEMER REPRESÁLIAS**

Mauro Faria de Lima, promotor de Justiça

Um dos casos de agressão cometida por PMs em Brasília é o que ficou conhecido como o Massacre da Novacap. Nenhum dos nove policiais indiciados por crimes militares cometidos durante ação policial na manifestação de servidores em frente à sede da Companhia Urbanizadora (Novacap) foi condenado.

Sete conseguiram absolvição. No confronto com os PMs, em dezembro de 1999, o jardineiro José Ferreira da Silva morreu, vítima de tiro, e 14 manifestantes ficaram feridos.

Os militares são acusados de condescendência criminal (não impedir que subordinados cometam crimes), lesão corporal, perda de eficiência de força (para quem comandava a tropa), falso testemunho, entre outros delitos. As penas variam desde a suspensão do posto, de três meses a um ano, até reclusão de dois a oito anos de detenção.

## Penas alternativas

Além das denúncias de represálias durante as investigações, o promotor de Justiça Militar Mauro Faria de Lima critica as penas previstas para alguns crimes cometidos pela polícia. O mais frequente — a lesão corporal leve, com 40% do total — prevê punições de até um ano de prisão. Abuso de autoridade e desacato ao superior rende aos PMs, no máximo, seis meses de detenção. “Todas podem ser substituídas por penas alternativas. Pior ainda é que alguns casos prescrevem em dois anos, tempo em que nem mesmo se consegue reunir provas”, conta.

Para a deputada Erika Kokay (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa, penas brandas reforçam a sensação de impunidade. Principalmente no julgamento das ações policiais. “O policial impune alimenta a violência e a postura de abuso de autoridade”, avalia. A Comissão de Direitos Humanos recebeu 77 denúncias contra policiais militares, civis e agentes penitenciários nos últimos dois anos. Os PMs concentram 35% delas.

## Regras de conduta

A professora Maria Stela Grossi Porto, do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), acredita que falta orientação na atuação dos policiais nas ruas. A conclusão foi feita a partir de pesquisa realizada em 2005, em parceria com o também professor Arthur Trindade Maranhão Costa. Os especialistas do Núcleo de Estudos de Violência e Segurança Pública (Nevis) da UnB concluíram que boa parte das regras impostas aos PMs se limita à postura nos quartéis. “Vimos que a violência contra o cidadão poderia diminuir se as normas fossem homogêneas. A maioria fala da rotina interna”, explica Maria Stela.

A socióloga reconhece que o trabalho policial também exige improviso. Mas sugere reforço nas técnicas de abordagem. “Na hora da ação, é impossível tirar uma receita pronta. Mas o policial orientado assume uma automatização na conduta capaz de dar maior poder de controle”, disse.

Para a especialista, um policial preparado conquista credibilidade. E melhora a imagem da corporação. (GG)